

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	25
1. Introdução	25
2. Características	29
2.1. O vínculo usual com a dignidade humana	29
2.2. Inalienabilidade	31
2.3. Irrenunciabilidade	32
2.4. Indisponibilidade	33
2.5. Historicidade	35
2.6. Não taxatividade	35
2.7. Imprescritibilidade	36
2.8. Relatividade	36
3. Gerações de direitos fundamentais	41
3.1. Direitos de 1ª Geração	42
3.2. Direitos de 2ª Geração	43
3.2.1. Reserva do Possível	43
3.2.2. Mínimo Existencial	45
3.3. Direitos de 3ª Geração	47
3.4. Direitos de 4ª Geração	47
3.5. Direitos de 5ª Geração	48
3.6. Críticas à Teoria das Gerações	49
3.6.1. Terminologia	49
3.6.2. Dificuldade de aplicação no Direito Internacional	50
4. Cláusulas Pétreas	50
5. Sujeito Ativo e Passivo dos direitos fundamentais	55
5.1. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais: teoria direta, teoria indireta e doutrina da <i>state action</i>	61
5.2. Eficácia diagonal dos direitos fundamentais?	64
6. Aplicabilidade das Normas Constitucionais	65
6.1. Normas de eficácia plena	65
6.2. Normas de eficácia contida	65
6.3. Normas de eficácia limitada	66
7. Núcleo essencial e restrição a direitos fundamentais	67
7.1. Colisão ou tensão entre direitos fundamentais: da distinção entre proporcionalidade e sopesamento	71
7.2. Suporte fático, âmbito de proteção e intervenções estatais	75
7.3. Teoria interna, teoria externa e a doutrina dos “limites dos limites” (<i>schraken-schraken</i>)	85

8. Dimensão objetiva e dimensão subjetiva dos direitos fundamentais.....	89
9. Direitos fundamentais putativos.....	90
10. Teoria dos deveres fundamentais	92

CAPÍTULO II

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS 97

1. Direitos individuais.....	97
1.1. Noções gerais e localização topográfica	97
1.2. Direito à vida.....	99
1.2.1. Aborto.....	102
1.3. Direito à liberdade	105
1.4. Direito à igualdade	108
1.4.1. Isonomia no contexto racial	113
1.4.1.1 O triste caso Dred Scott v. Sandford (1857)	114
1.4.1.2 A Doutrina do “Separados, mas iguais” (Plessy v. Ferguson – 1896) e a Segregação Racial nas Escolas (Brown v. Board of Education – 1954)	116
1.4.1.3 Cotas raciais no Brasil	117
1.4.2. Isonomia no contexto da orientação sexual.....	118
1.5. Direito à segurança	121
1.6. Direito de propriedade	121
2. Princípio da isonomia no contexto dos homens e mulheres.....	122
2.1. Noções gerais	122
2.2. A Teoria do Impacto Desproporcional (<i>Disparate Impact Doctrine</i>)	124
2.3. Exceções ao princípio da isonomia	126
3. Princípio da Legalidade	127
3.1. O alcance da expressão lei.....	127
3.2. Legalidade <i>versus</i> Reserva Legal	129
4. Vedação à tortura.....	130
4.1. Tortura e Lei de Anistia.....	131
5. Liberdade de expressão.....	133
5.1. A dicotomia da Constituição de 1988 quanto aos marcos teóricos de Voltaire e Karl Popper.....	148
5.2. O caráter preferencial da liberdade de expressão	150
5.3. Discurso de ódio (<i>hate speech</i>)	151
5.4. Liberdade de Expressão e “Fake News”	159
5.4.1. <i>Fake News</i> Lícitas	160
5.4.2. <i>Fake News</i> Ilícitas	162
5.5. Obscenidade e o Teste de Miller (<i>Miller Test</i>)	165
5.6. O teste do “ <i>Clear and Present Danger</i> ”: uma metodologia para aferir a violação à liberdade de expressão.....	167
5.7. A vedação ao anonimato	168
5.8. A Liberdade de Expressão na Convenção Interamericana de Direitos Humanos.....	169

5.9.	Reclamações constitucionais e liberdade de expressão.....	170
6.	Laicidade do Estado	173
6.1.	O chamado “Lemon Test”: uma metodologia para aferir a violação à laicidade.....	177
6.2.	Cultos que desafiam os costumes sociais	179
6.3.	Direito ao Proselitismo e Direito ao Segredo	181
6.4.	Liberdade de expressão de sacerdotes religiosos para a desqualificação de outras religiões: os limites do proselitismo	185
6.5.	Homossexualidade e Religião: equacionando uma tensão entre direitos fundamentais	187
6.6.	Casamento religioso	191
6.7.	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (art. 208, CP)	192
6.8.	Transfusão de sangue em Testemunhas de Jeová	192
7.	Escusa de consciência	194
8.	Liberdade de expressão (intelectual, artística, científica e de comunicação) e vedação à censura	197
8.1.	Da liberdade de expressão intelectual e científica	197
8.1.1.	Da proteção constitucional à publicação literária e científica de ideias antissociais	197
8.1.2.	Autonomia universitária, vedação à censura e classificação indicativa	201
8.2.	Da liberdade de expressão artística	203
8.3.	Da liberdade de expressão comunicativa	205
8.3.1.	A “Fairness Doctrine” como uma dimensão positiva da liberdade comunicativa.....	205
8.3.2.	Do assédio judicial a jornalistas.....	209
8.4.	Biografias não autorizadas: (in)constitucionalidade dos arts. 20 e 21, CC/02	209
9.	Proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem	210
9.1.	Intimidade <i>versus</i> vida privada	212
9.2.	O Teste da Expectativa Razoável de Privacidade (<i>Reasonable Expectation of Privacy – Katz Test</i>)	213
9.3.	Honra (objetiva e subjetiva)	214
9.4.	Imagem	214
9.4.1.	Imagem retrato.....	215
9.4.2.	Imagem atributo	216
9.5.	Dano material e dano moral	216
9.6.	Direito ao Esquecimento.....	216
10.	Inviolabilidade de domicílio	219
10.1.	Conceito e abrangência do vocábulo “casa”.....	219
10.2.	Hipóteses constitucionais e a jurisprudência do STF.....	219
11.	Sigilo epistolar, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	228
11.1.	O alcance da expressão “salvo, no último caso”.....	229

11.2.	Utilização da interceptação telefônica em processos e procedimentos não criminais	232
11.3.	Lei de interceptação telefônica e o STF	234
11.4.	Teoria do Juízo Aparente.....	234
12.	Direito de Locomoção	238
12.1.	Direito plasmado em norma de eficácia contida	238
12.1.1.	Restrições infraconstitucionais	238
12.1.2.	Restrições trazidas pela própria Constituição	239
13.	Direito de reunião	240
14.	Liberdade de associação	244
15.	Direito à propriedade privada	248
15.1.	Considerações gerais.....	248
15.2.	Restrições ao direito de propriedade	248
15.3.	Noções gerais	249
15.4.	Interdisciplinaridade da função social	251
15.5.	Conceito	252
15.6.	Exceções	252
16.	Inafastabilidade da jurisdição	258
16.1.	Noções gerais e conteúdo do princípio.....	258
16.2.	Exceções ao princípio do livre acesso à justiça	259
17.	Segurança Jurídica.....	261
17.1.	Noções gerais	261
17.1.1.	Vertente objetiva do princípio da segurança jurídica: estabilidade e previsibilidade.....	262
17.1.2.	Vertente subjetiva do princípio da segurança jurídica: proteção da confiança	265
17.1.3.	Jurisprudência do STF	266
18.	Princípio do juiz natural	266
18.1.	Noções gerais	267
18.2.	Princípios constitucionais	267
18.3.	Execução Provisória da condenação no Tribunal do Júri	273
19.	Princípio da reserva legal e princípio da anterioridade	274
19.1.	Noções gerais	274
19.2.	Tipos penais pretorianos.....	275
19.3.	Percorrendo os degraus da escada para uma válida criminalização: um guia para o Poder Legislativo	276
19.3.1	Crimes como imoralidades intoleráveis	277
19.3.2	Crimes como comportamento concretos, não estilos de vida..	279
19.3.3	Crimes produtores de danos sociais.....	281
19.4.	Medidas provisórias.....	286
19.5.	O alcance da norma	286
19.6.	Normas penais em branco.....	287
19.7.	Extra-atividade como gênero de duas espécies: retroatividade e ultra-atividade	287

19.8.	(In)constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais (art. 3º, CP)	288
19.9.	Conjugação de leis	288
19.10.	Lei mais benéfica e coisa julgada	289
20.	Racismo.....	290
20.1.	Mandados de criminalização e o princípio da vedação à proteção insuficiente	290
20.2.	O racismo na visão do STF: caso Siegfried Ellwanger	290
20.3.	Racismo e homofobia no STF (ADO 26 e MI 4733): um tipo penal pretoriano.....	294
20.4.	Injúria Racial e Injúria fundada em orientação sexual (MI 4733 ED): um novo tipo penal pretoriano	303
21.	Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia	303
21.1.	Noções gerais e diferenças entre os institutos da graça, anistia e indulto	303
21.2.	Regime jurídico mais rígido para crimes hediondos e equiparados: visão do STF.....	304
21.3.	A hediondez superveniente constitui obstáculo à vedação do indulto?	304
22.	Intransmissibilidade da pena.....	306
22.1.	Segregação por idade	312
22.2.	Segregação pelo sexo	313
22.3.	Segregação entre pessoas maiores e do mesmo sexo	314
23.	Extradicação de brasileiro.....	316
23.1.	Conceito de extradicação e aspectos constitucionais	316
23.2.	Requisitos impostos pela lei e pela jurisprudência do STF.....	318
23.3.	Distinções entre institutos assemelhados	319
23.4.	Entrega de brasileiros para o Tribunal Penal Internacional	320
24.	Extradicação de estrangeiro	321
24.1.	Noções de crimes políticos: os critérios da preponderância e da principalidade.....	321
24.2.	A decisão do STF vincula o presidente da República?.....	323
25.	Juiz Natural	326
25.1.	Noções gerais	326
25.2.	Promotor Natural	327
25.3.	Juiz sem rosto.....	328
26.	Devido processo legal	329
26.1.	Noções gerais	329
26.2.	Dimensão adjetiva ou formal	329
26.3.	Dimensão substantiva ou material	331
26.3.1.	Uma visão crítica acerca da dimensão substantiva do Devido Processo Legal	332
27.	A ampla defesa e o contraditório	334
27.1.	Noções gerais e conceitos: contraditório formal, material e ampla defesa ...	334
27.2.	Contraditório e ampla defesa nas demandas executivas.....	334
27.3.	Estudo das súmulas do STF	335

27.3.1.	Exigência de depósito prévio para recursos administrativos ...	335
27.3.2.	Mitigação da súmula vinculante 3: “overriding”	335
27.3.3.	Defesa técnica de advogado	337
27.3.4.	Direito de acesso aos autos do inquérito.....	338
28.	Provas ilegais	338
28.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas	338
28.2.	Ilicitude por derivação	339
28.3.	Aplicação da proporcionalidade	341
29.	Princípio da não culpabilidade (“presunção de inocência”)	341
29.1.	Noções gerais	341
29.2.	Consequências do princípio da não culpabilidade	342
29.2.1.	Execução provisória da pena e núcleo essencial do princípio da não culpabilidade (“presunção de inocência”)	350
29.3.	Temperamentos do princípio da não culpabilidade no STF	352
30.	Prisões	357
30.1.	Noções gerais	357
30.2.	Prisões compatíveis com a nova ordem constitucional.....	357
30.3.	Jurisprudência do STF	358
31.	Vedação à incomunicabilidade da pessoa presa	361
31.1.	Direito ao silêncio	362
32.	Liberdade provisória	369
32.1.	Noções gerais	369
32.2.	Posição do STF acerca da liberdade provisória em crimes inafiançáveis	370
33.	Prisão civil por dívida	371
33.1.	Noções introdutórias	371
33.2.	Dívida de alimentos e prisão civil.....	372
34.	<i>Habeas corpus</i>	373
34.1.	Natureza jurídica	373
34.2.	Objeto	373
34.3.	Partes.....	373
35.	Mandado de segurança	374
35.1.	Conceito e natureza jurídica	374
35.2.	Objeto	375
35.3.	Prazo	376
35.4.	Partes.....	376
36.	Mandado de injunção	378
36.1.	Conceito e natureza jurídica	378
36.2.	Normas de Eficácia Limitada e a Inconstitucionalidade por omissão.....	378
36.3.	Efeitos da decisão	379
37.	<i>Habeas data</i>	382
37.1.	Conceito e Natureza Jurídica	382
37.2.	Objeto	382
37.3.	A prévia utilização das vias administrativas	382
38.	Ação popular	383

38.1.	Conceito e natureza jurídica	383
38.2.	Legitimidade ativa	383
38.3.	Legitimidade passiva	384
38.4.	Objeto	384
38.5.	Competência	385
38.6.	Isenção de custas	385
39.	Tratados Internacionais.....	394
39.1.	Incorporação dos tratados internacionais	394
39.2.	Posição hierárquica dos tratados internacionais.....	397
39.3.	(Im)possibilidade de denúncia de tratados com <i>status</i> de emenda constitucional.....	400
BIBLIOGRAFIA.....		403